

Ofício nº 48/20

Uruguaiana, 21 de Agosto de 2020.

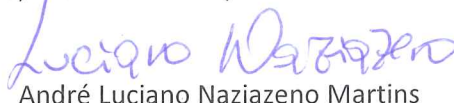
Ao Ilmo. Sr. Irani Fernandes – Presidente da Câmara de Vereadores

Em nome do Conselho Municipal do Povo de Terreiro, vimos através deste, manifestar nossa inconformidade com o projeto de lei Nº 064/2020, de autoria da vereadora Zulma Ancinelo, em discussão na Câmara de Vereadores de Uruguaiana, o qual trata sobre o funcionamento de “Igrejas, Templos de qualquer culto e comunidades missionárias”; tal projeto ao buscar regular atividades religiosas na cidade de Uruguaiana, traz a necessidade de que os ilustres vereadores ouçam representações dos diversos segmentos religiosos. Ao incidir sobre o funcionamento de nossos terreiros ou Ilês, como legítimo representante do povo de terreiro de Uruguaiana, constituído via lei municipal, cabe ao Conselho Municipal do Povo de Terreiro se manifestar e expor determinados argumentos que devem ser consideradas na análise deste projeto pelo Egrégio poder legislativo. Considerando que:

- 1) Na concepção do povo de terreiro, envolvendo os praticantes do Batuque, Umbanda ou Quimbanda, a vida deve ser sempre o valor primordial a orientar nossos posicionamentos sociais ou religiosos;
- 2) Em tempo de pandemia preservar a vida implica em seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde e reconhecidas por especialistas do mundo todo, a necessidade de evitar aglomerações e adotar-se o distanciamento social;
- 3) A prática religiosa vista como a permanente busca da conexão com o sagrado não exige que frequentemos templos e cultos, possibilitando-se o exercício da fé sem necessidade de atividades coletivas;
- 4) Neste momento, em que a maior parte das atividades econômicas estão sofrendo restrições de funcionamento, visando proteger a saúde da população, aprovar a **proibição** de decretar-se o fechamento de “Igrejas e templos de qualquer culto” é colocar os praticantes das diferentes religiões em risco desnecessário;
- 5) A proibição referida acima interfere no poder e responsabilidade das autoridades públicas em nível estadual e municipal, as quais tem o dever de adotar as medidas necessárias para enfrentar a pandemia causada pela COVID-19;
- 6) Mesmo que o direito ao culto religioso seja garantia constitucional e fundamental na vida de qualquer pessoa, portanto, atividade essencial; deve-se diferenciar direito de culto com abrir “igrejas e templos de qualquer culto” para serem frequentadas sem restrições em período de distanciamento social;

O Conselho Municipal do Povo de Terreiro entende, devido as razões elencadas acima, que o PL Nº 064/2020 não deve ser aprovado; em um momento em que a prioridade deve ser preservar a saúde da população, torna-se inaceitável que em nome de interesses de determinado credo religioso em voltar a reunir seus fiéis, crie-se uma legislação municipal que estimule aglomerações; deve-se salientar que neste período de pandemia as pessoas necessitam ter fé para superar os problemas que temos enfrentado como sociedade, o que certamente fará que “as Igrejas e os templos de qualquer culto” recebam grande número de frequentadores em caso de permitir-se sua abertura ao público.

Certo de sua compreensão, atenciosamente;



André Luciano Naziazeno Martins

Presidente do Conselho Municipal do Povo de Terreiro

(55) 9.9989.7596